

## **MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES, DE PEQUENAS DESPESAS, DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS E COTAÇÃO ELETRÔNICA**

### **1. OBJETIVO**

Estabelecer procedimentos operacionais e administrativos relativos às dispensas de licitações, de pequenas despesas, despesas extraordinárias e cotação eletrônica.

### **2. APLICAÇÃO**

Em todas as unidades operacionais e administrativas da CEASA/RS.

### **3. DEFINIÇÕES**

- a) Dispensa de Licitação – possibilidade de celebração de contratos sem a prévia realização do procedimento licitatório;<sup>1</sup>
- b) Pequenas Despesas – de pronto pagamento feitas em regime de adiantamento;<sup>2</sup>
- c) Cotação Eletrônica de Preços - realizada por meio de um sistema eletrônico que promova a comunicação via internet, para aquisição dos bens e a contratação de serviços de pequeno valor que se enquadram nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 13.303/2016;<sup>3</sup>
- d) Pedido de Aquisição/PA – pedido de aquisição de pequenas e necessárias despesas do dia a dia, de pronto pagamento na forma de adiantamento realizada somente pelo Setor de Almoxarifado;

---

<sup>1</sup> Manual de Orientação do Gestor Público/ Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – 4ª ed. – Porto Alegre: CORAG, 2018, pág. 303.

<sup>2</sup> Manual de Orientação do Gestor Público/ Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – 4ª ed. – Porto Alegre: CORAG, 2018, pág. 366.

<sup>3</sup> Manual de Orientação do Gestor Público/ Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – 4ª ed. – Porto Alegre: CORAG, 2018, pág. 312 e artigo 2º da Lei Estadual nº 13.179/2009.

- e) Termo de Referência - documento instruído com os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da aquisição ou contratação de obra ou serviço com as especificações técnicas;<sup>4</sup>
- f) Orçamento – documento contendo o preço médio de mercado;
- g) Fluxograma - representação gráfica de um procedimento;
- h) BDI – benefícios e Despesas Indiretas utilizado na construção civil;<sup>5</sup>
- i) Objeto – aquilo que se pretende contratar ou adquirir com as suas especificações;
- j) Fracionamento do objeto – hipótese em que o objeto deveria passar por um procedimento licitatório, pois não se refere a parcelas de uma mesma compra ou serviço de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. Ou, ainda, são obras e serviços de engenharia, mesmo que de pequeno valor, que se referem a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- k) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – é um instrumento indispensável para identificar a responsabilidade técnica pelas obras ou serviços prestados por profissionais ou empresas.
- l) Gestor e Fiscal do Contrato – funcionários nomeados para fiscalização dos contratos.

#### **4. PROCEDIMENTOS PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

##### **4.1. PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÕES E DE PEQUENAS DESPESAS DA CEASA/RS**

Com base na Lei Nº 10.066, de 17 de janeiro de 1994, foi estabelecido para as “PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO”:

- a) Relativo a serviços e aquisições de pequenas e necessárias despesas do dia a dia, de pronto pagamento na forma de adiantamento;
- b) Valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

<sup>4</sup> Manual de Orientação do Gestor Público/ Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – 4ª ed. – Porto Alegre: CORAG, 2018, pág. 323.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.sience.com.br/blog/bdi-na-construcao-civil>. Acesso em: 02/07/2019.

- c) Solicitação: Pedido de Aquisição/PA (somente pelo Setor de Almoxarifado), Pedido de Material Eventual/PME (demais setores) do Setor Solicitante;
- d) Autorização: Assinado pelo Gerente da Área ou superior;
- e) Documentos para autorização: Planilha de Orçamentos (no mínimo 03) emitida pelo Encarregado do Setor de Recursos Materiais e Gerente da Área ou superior, acompanhada de Nota Fiscal (não podendo ser cupom fiscal) ou recibo constando o CNPJ. Neste último, caso não seja possível o CNPJ, o Gerente da Área ou superior deverá apresentar justificativa. A planilha de orçamentos poderá ser dispensada em casos excepcionais e devidamente justificada na PME.
- f) O Setor de Recursos de Materiais e Patrimônio, obrigatoriamente deverá manter atualizado o Cadastro dos Fornecedores da CEASA/RS e/ou do Estado.
- g) Fonte Recurso: Tesouraria.

#### **4.2. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

Com base na Lei Nº 13.303/2016, artigo 29, Incisos I (até R\$ 100.000,00 - cem mil reais - para obras e serviços de engenharia) e II (até R\$ 50.000,00 – cinquenta mil reais - para outros serviços e compras), sendo aplicável o percentual de 5% (cinco por cento), limite estabelecido pela Lei Estadual nº 10.066 de 17 de janeiro de 1997;

- a) Valor limite de R\$ 1.001,00 (um mil e um reais) até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) para obras e serviços de engenharia e de R\$ 1.001,00 (um mil e um reais) até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para outros serviços e compras;
- b) Solicitação: Pedido de Material e Eventual/PME;
- c) Documentos para autorização: Planilha de Orçamentos (no mínimo 3), devidamente assinada pelo Encarregado do Setor de Recursos Materiais, Gerência Administrativa, Gerência Financeira, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretor-Presidente, acompanhada de Nota Fiscal.
- d) Fonte Recurso: GERFIN.
- e) O Setor de Recursos de Materiais e Patrimônio, obrigatoriamente deverá manter atualizado o Cadastro dos Fornecedores da CEASA/RS e/ou do Estado.

#### **4.3. COTAÇÃO ELETRONICA DE PREÇOS/DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Com base na Lei Estadual Nº 13.179, de 10 de junho de 2009, realizar-se-á a Cotação Eletrônica de Preços para os bens e serviços de pequeno valor, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Esta dispensa de Licitação é regida pela Lei Nº 13.303/2016, artigo 29, Incisos I e II e pela Lei Complementar 147/2014.

- a) Valor Mínimo inicial: R\$ 2.501,00(dois mil e quinhentos e um reais), podendo ser utilizada também nos casos especificados nos itens 4.1. e 4.2.;
- b) Relativo a serviços e aquisições diversas.
- c) Solicitação: Projeto Básico, Termo de Referência, acompanhados de Pedido de Material Eventual/PME;
- d) Outros documentos: Orçamentos (Preço Médio de Mercado), BDI - Benefício e Despesas Indiretas e os demais Encargos Sociais, Fiscais, Trabalhistas, Tributários e outros inerentes à atividade, caso houver, inerentes a obras e/ou aquisição;
- e) Além dos requisitos previstos na Lei nº 13.179/2009, deverá ser observado o seguinte:
  - e.1) verificar a existência do objeto em contrato de procedimento licitatório anterior (artigo 2º, parágrafos 1º, 2º, 4º e incisos I a III, deste último parágrafo, da Lei nº 13.179/2009);
  - e.2) Constar no Termo de Referência e,
  - e.3) Colocar de forma objetiva no Manual de Procedimentos, o disposto no artigo 2º, parágrafos 1º, 2º, 4º e incisos I a III da Lei nº 13.179/2009;
- f) No caso de obras e serviços de engenharia a área técnica deverá avaliar o caso de emissão de Responsabilidade Técnica ou garantias, para fins confecção de minuta de contrato;
- g) A área técnica solicitante deverá elaborar Termo de Referência ou Projeto Básico, com suas especificações detalhadas, incluindo prazos de entrega e as obrigações do contratante e contratada, se houver;
- h) A Assessoria Jurídica deverá elaborar minuta padrão de Edital e contrato com prazo de entrega definidos, quando for o caso;
- i) Deverá constar o Fiscal e Gestor do Contrato;
- j) Inclusão da Cotação Eletrônica de Preços no Regulamento Interno das Licitações e Contratos da CEASA/RS.

k) Se a Cotação Eletrônica de Preços não se revelar viável, tal situação deverá ser comprovada e justificada pela autoridade competente, podendo ser utilizado o Cadastro dos Fornecedores da CEASA/RS e/ou do Estado.

m) Fonte de Recurso: GERFIN.

## **5. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**5.1.** Em todos os procedimentos deverá ser certificado pela autoridade responsável do setor de compras e contratações de serviços com a ciência da Gerência ou superior, através de declaração, de que a aquisição por dispensa de licitação, por limite de valor, não representa fracionamento de obras, serviços de engenharia, outros serviços e compras que deveriam ser licitadas, devendo ser observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, incisos I e II, e Lei Estadual nº 13.179 de 10 de junho de 2009, em seu artigo 2º, parágrafos 1º, 2º e 4º.

Para análise do não fracionamento a autoridade poderá utilizar-se dos critérios estabelecidos nos incisos I a III, do parágrafo 4º do artigo 2º, da Lei nº 13.179/2009, da seguinte forma:

- I - efetuar estimativa do consumo anual mediante levantamento dos quantitativos adquiridos para um mesmo bem ou bens de uma mesma linha de fornecimento nos últimos 12 (doze) meses;
- II - calcular o valor previsto para a quantidade encontrada no levantamento, com base em pesquisa de preço de mercado ou com base no preço médio de compra registrado em controles existentes na administração;
- III - caso o valor estimado encontrado para a estimativa anual supere o valor estabelecido para dispensa de licitação por limite de valor, a aquisição por cotação eletrônica somente poderá ser efetuada quando não houver recursos suficientes para a aquisição do todo, devidamente justificado no processo de que trata o inciso IV do art. 5º desta Lei.

**5.2.** A minuta do contrato poderá ser dispensada no caso de aquisição de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da CEASA/RS, conforme estipula o artigo 73 da Lei nº 13.303/2016.

**5.3.** O referido “Manual de Procedimento de dispensas de licitação, de pequenas despesas e de Cotação Eletrônica de Preços” faz parte do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da CEASA/RS.

**5.4.** Faz parte integrante do referido Manual os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – MODELO DE PEDIDO DE AQUISIÇÃO/PA;
- b) ANEXO II – MODELO PEDIDO DE MATERIAL EVENTUAL/PME;
- c) ANEXO III – DECLARAÇÃO DE NÃO FRACIONAMENTO DE DESPESA;
- d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA QUANDO NÃO VIÁVEL;
- e) ANEXO V – MINUTA PADRÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA;
- f) ANEXO VI – MINUTA PADRÃO DE EDITAL;
- g) ANEXO VII – MINUTA PADRÃO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÕES;
- h) ANEXO VIII – MINUTA PADRÃO DE CONTRATO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA;
- i) ANEXO IX - MINUTA PADRÃO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.